

Reforma tributária avança na Câmara e zera imposto da carne



Parlamentares de oposição - na foto, o deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB) - votaram contra o texto

Regulamentação passa com trava para o IVA e proteínas desoneradas

Reforma tributária

Câmara dos Deputados deu aval à primeira parte da regulamentação, que estabelece as diretrizes do novo sistema tributário. Projeto, que agora será analisado pelo Senado, estabelece que a alíquota-base será de até 26,5%. Regra sobre as carnes foi alterada apenas na reta final da votação

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite a primeira parte da regulamentação da reforma tributária, com 336 votos favoráveis e 142 contrários. A versão que passou pelo plenário, e que agora será analisada pelo Senado, estabelece trava para a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA, que será formado por dois impostos, o IBS e a CBS), que não poderá ultrapassar 26,5%. Na reta final da votação, as carnes foram incluídas na cesta básica com imposto zero.

Esta regulamentação trata das diretrizes do novo sistema de impostos sobre consumo, com as regras para o IVA, que unificará cinco atuais tributos.

A reforma prevê a criação de dois impostos: um de competência do governo federal, a CBS, e um de Estados e municípios, o IBS.

Pelo texto aprovado ontem, a trava do IVA passará a valer a partir de 2033, depois do período de transição da reforma, que começa em 2026. Caso a alíquota ultrapasse o limite, o governo seria obrigado a formular, em conjunto com o Comitê Gestor do IBS, um projeto de lei complementar com medidas para reduzir a carga tributária.

A emenda constitucional da reforma tributária, aprovada em dezembro do ano passado, já contém uma trava para evitar aumento da carga tributária. O teto incluído na regulamentação, porém, diz respeito à alíquota média do IVA.

Pressões

Pivô dos principais embates no Congresso nos últimos dias, a isenção das proteínas animais, defendida pela bancada do agropêlo e pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não estava na versão final da proposta, mas acabou inserida de última hora por uma emenda do PL. Na reta final da votação, o relator Reginaldo Lopes (PT-MG) anunciou que iria acatar a proposição.

— Estamos acolhendo no relatório da reforma todas as proteínas — disse Lopes.

Até então, as carnes estavam na lista de redução de 60% da alíquota. Desde as primeiras horas do dia, a bancada ruralista se movimentava para tentar incluí-las no rol da alíquota zero. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), era contra a mudança devido ao impacto na alíquota de referência do IVA. Nos cálculos do Ministério da Fazenda, a alteração pode elevar a alíquota-base em 0,53 ponto percentual.

Remédios e cashback

A versão final também estabeleceu que todos os medicamentos terão cobrança reduzida — parte com desconto de 60% e parte com alíquota zero. Além disso, o carvão mineral foi incluído na lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, que vai incidir sobre itens nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Outra mudança foi a ampliação do cashback, sistema de devolução de parte dos impostos pagos à população de baixa renda (leia ao lado).



Como votaram os deputados do Rio Grande do Sul



ENTENDA O QUE FOI APROVADO

PRINCIPAIS MUDANÇAS FEITAS PELO RELATOR

- Haverá uma trava para a alíquota do novo IVA, que não poderá ultrapassar 26,5%.
- Carnes, peixes, queijos e sal foram incluídos entre os itens com tributação zero.
- Foram acrescentados, entre os itens que terão alíquota zero, as farinhas de todos os tipos, aveia e óleo de milho.
- Haverá um regime de transição, com escalonamento de alíquotas até 2033, para o Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas. Além disso, a alíquota será limitada a 0,25% para minério de ferro, petróleo, gás e carvão — o último foi incluído na lista do novo imposto.
- Haverá desconto na alíquota para todos os medicamentos. A lista com 383 remédios que terão alíquota zero foi mantida e o desconto de 60% foi estendido a todos os outros registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou produzidos por farmácias de manipulação. O DIU (dispositivo intrauterino, um método anticoncepcional) foi incluído na lista da alíquota reduzida.
- Em relação ao cashback, foi estabelecido que será devolvido 100% da CBS para energia elétrica, água, esgoto e gás natural. Para o IBS, a devolução segue de 20% para esses itens.
- Pão de forma e extrato de tomate foram incluídos entre os itens com alíquota reduzida.
- Planos de saúde para pets terão alíquota reduzida em 30%.

OS PRINCIPAIS PONTOS MANTIDOS

- Jogos de azar (físicos e digitais, como as "bets") e carros elétricos foram mantidos na lista do Imposto Seletivo. Já armas e munições ficaram de fora — uma emenda que previa a inclusão foi rejeitada.
- Nanoempreendedores (com faturamento até R\$ 40,5 mil por ano) não vão recolher CBS e IBS.
- Produtos de higiene menstrual terão alíquota zero, enquanto o Viagra, medicamento para disfunção erétil, terá alíquota reduzida.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: ZH Notícias Página: 8